

## Guedes quer endurecer travas para garantir teto

Por Claudia Safatle e Fabio Graner | De Brasília

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda mecanismos de aperfeiçoamento na lei do teto do gasto público. A ideia é criar novas medidas de ajustes na despesa para serem acionadas em caso de risco ou de efetivo descumprimento do limite anual de despesas, que é apenas corrigido pela inflação.

A proposta é endurecer os ajustes possíveis como suspensão de concursos e de aumentos salariais, dentre outros, acrescentando a desindexação de despesas hoje atreladas ao salário mínimo ou a índices de preços, caso o teto não possa ser cumprido. Com isso, o governo conseguiria colocar uma trava nominal nos gastos, explicou o ministro em conversa com jornalistas.

Outra medida é fazer uma ampla desvinculação do Orçamento, hoje quase que integralmente (mais de 90%) engessado por carimbos de receitas a despesas previamente

definidas. A desvinculação daria maior flexibilidade para o governo administrar o gasto.

No cronograma definido, o primeiro tiro do governo Bolsonaro será a reforma da Previdência. A proposta que vai contemplar mudança no sistema atual e introduzir o regime de capitalização deve ser enviada em março ao Congresso Nacional. O time do futuro ministro da Economia está debruçado sobre a proposta coordenada por Arminio Fraga e as sugestões dos irmãos Weintraub, que assessoram o novo governo.

"O teto sem a reforma cai. Ele é insustentável", avalia Guedes. A previsão dos técnicos é que o Brasil, em mais oito meses, já vai estar em situação ilegal em relação ao teto. A desindexação seria uma medida extremada para corrigir essa situação, adianta o futuro ministro. As despesas ficariam desindexadas e/ou desvinculadas até que o respeito ao teto esteja novamente garantido.

Guedes assegurou seu total

compromisso com os termos da lei que estabeleceu o teto da despesa pública. "Nós queremos aprofundar os ajustes. A desvinculação é um ato extremo", acrescentou ele. Com o crescimento da economia e o congelamento das despesas, em um ou dois anos o país voltaria a respeitar o teto.

O problema central a ser atacado é a explosão do gasto público, que está na raiz dos males da economia. A despesa total, que equivalia a 18% do PIB no fim do regime militar, cresceu paulatinamente e hoje corresponde a 45% do PIB. Esse crescimento foi praticamente ininterrupto durante todos os governos civis desde então. Chegou-se à situação atual, em que a dívida pública geral equivale a pouco mais de 77% do PIB - alta demais para as condições do país - e os ativos do governo que no passado equivaliam à dívida total hoje cobrem somente 17% da dívida, desconsiderando a previdenciária.

A Previdência é o maior gasto do governo, seguida da conta de juros





da dívida, que consome R\$ 400 bilhões por ano, ou o equivalente a um Plano Marshall, que, com US\$ 100 bilhões anuais resgatou a Europa devastada pela Segunda Guerra.

Para reduzir o pagamento de juros, é necessário diminuir o tamanho do endividamento. O plano de Guedes é vender empresas estatais para, com o dinheiro apurado, ir abatendo a dívida bruta e, conseqüentemente, a conta de juros.

Na quarta feira, os assessores do presidente eleito receberam dados da Secretaria do Tesouro Nacional que calculam em R\$ 802 bilhões o valor do conjunto das 144 companhias estatais, considerando nessa conta empresas como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa. Estas, o presidente eleito disse que não pretende privatizar. A equipe comandada pelo futuro ministro da Economia, porém, considera que com o tempo as pessoas vão mudando de ideia e torce para que isso também ocorra com Bolsonaro em relação às privatizações.

Como as vendas de estatais será gradual, a ideia é que no processo as empresas poderão passar se valorizar, elevando para algo mais próximo de R\$ 1 trilhão o valor arrecadado com a desestatização.

Com os pés no chão, a equipe de assessores do novo governo considera como um bom resultado a privatização de 30% das companhias federais.

O governo que assume em janeiro conta, ainda, com cerca de R\$ 800 bilhões como produto da venda do conjunto de imóveis e de participações minoritárias da União em empresas. Uma fatia dessa receita pode ser obtida nos próximos anos.

Está no desequilíbrio das contas públicas a razão da armadilha do baixo crescimento que enredou o país. E foi a gigantesca expansão do gasto que acabou por corromper a democracia, costuma dizer Guedes quando expõe seu diagnóstico sobre o quadro atual.

Não será preciso, porém, cortar a despesa em termos nominais. Bastaria travar o seu crescimento. Assim o gasto público cairá como proporção do PIB, ajudado por uma inflação anual de 4% e por um produto que deve crescer em torno de 3% a 3,5%.

Aos que temem que o país precisará de muitos anos de penúria para entrar nos trilhos, ele garante que um ou dois anos de congelamento do gasto nominal poderão ser suficientes para

equacionar o drama do descontrole fiscal.

O terceiro maior gasto é com a máquina pública. São cerca de R\$ 300 bilhões com o pagamento de salários e sustentação de empresas públicas consideradas descabidas, como a Valec ou a EPL (Empresa de Planejamento e Logística). Para enfrentar esta despesa e dar mais eficiência às ações de governo, o futuro ministro conta com a reforma do Estado.

Para obter as reformas estruturais do Congresso Nacional, o governo Bolsonaro dispõe de uma atrativa proposta de implementar o pacto federativo preconizado na Constituição de 1988, que previa a descentralização de poder e de receitas. À medida que o governo federal for conseguindo avançar na agenda fiscal e retomar o crescimento, ele irá dividir os benefícios com Estados e municípios na forma de descentralização dos recursos.

A reforma tributária é parte da estratégia, mas não está pronta. A equipe econômica considera a hipótese de criar um imposto único sobre pagamentos, conforme proposta de Marcos Cintra. Esse tributo teria como vantagem alcançar inclusive atividades ilícitas.

## MP do saneamento volta aos debates na transição

Por Daniel Rittner | De Brasília

A equipe de transição avalia uma forma de "ressuscitar" a medida provisória que introduzia um novo marco regulatório para o saneamento. Editada pelo atual governo, a MP 844 não foi votada e perdeu sua validade em novembro. Auxiliares do presidente eleito, Jair Bolsonaro, iniciaram conversas com representantes do setor privado para costurar um acordo que permita resgatar o texto, considerado essencial para elevar investimentos e viabilizar a universalização dos serviços.

Uma ideia em estudo é tomar como ponto de partida o relatório aprovado na comissão mista do Congresso Nacional que analisava a MP. O parecer do senador Valdir Raupp (MDB-RO), que não foi reeleito, trazia avanços em relação ao texto original - embora não tivesse pacificado um conflito entre as companhias operadoras de serviços de água e esgoto.

O presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton

Tadini, foi um dos chamados por técnicos da equipe de transição e esteve na quarta-feira em Brasília para discutir o assunto.

"O simples fato de estarem trazendo de volta à mesa os players envolvidos é muitíssimo positivo e renova as nossas esperanças", disse Tadini. Para ele, a perda de vigência da MP 844 foi frustrante para todo o setor e a retomada das discussões é fundamental.

O Valor apurou que há no atual governo, inclusive, a disposição de reeditar a medida provisória. Isso seria possível, segundo fontes no Palácio do Planalto, logo após a aprovação do Orçamento de 2019. A votação encerra o ano legislativo e, a partir disso, a MP poderia ser publicada novamente. Um projeto de lei em regime de urgência também seria alternativa. Nenhum encaminhamento, entretanto, será dado sem o aval do time de Bolsonaro.

"A forma importa menos que o conteúdo", acrescentou Tadini. "O mais importante é não deixar a bola cair. E ela felizmente parece ter voltado a quicar na área."

Antes de caducar, a MP era alvo de divergências não resolvidas. A maior delas girava em torno da possibilidade de livre concorrência entre as empresas. Municípios que firmavam convênio com companhias estaduais de água e esgoto, sem precisar de licitação, teriam que fazer consulta pública e abrir espaço para o avanço das operadoras privadas.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, vê com bons olhos uma negociação entre as partes. "O que não podemos é demorar", frisou Martins, cobrando uma solução ágil para o assunto. "Às vezes, o ótimo acaba se tornando inimigo do bom."

Para universalizar os serviços até 2033, como prevê o Plano Nacional de Saneamento Básico, seria necessário ampliar em 62% o volume atual de investimentos no setor e alcançar pelo menos R\$ 20 bilhões anuais. No ritmo adotado ao longo dos últimos anos, a meta atrasaria duas décadas. Ainda falta água encanada em cerca de 20% das residências no Brasil. Só metade tem coleta de esgoto - uma boa parte sem tratamento.

## **Cintra e Troyjo confirmados em duas das seis secretarias**

Por Claudia Safatle e Fabio Graner | De Brasília

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou que a sua pasta contará com seis secretarias especiais. Três delas serão decorrentes dos atuais ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Haverá outras três secretarias especiais: Desestatização e Desmobilização, Receita Federal e Previdência e a de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais.

Guedes confirmou que o economista Marcos Cintra, que trabalha na construção de uma proposta de reforma tributária, ocupará a nova secretaria de Previdência e Receita. Abaixo dela haverá um responsável direto pela Receita e outro pela Previdência, mas Guedes não confirmou nomes. A informação sobre a nova secretaria e seu futuro chefe já gerou reações negativas na corporação responsável por arrecadar os impostos e as contribuições.

A nova secretaria de Comércio exterior e Assuntos Internacionais, que vai juntar as diversas áreas dos três ministérios atuais e a Agência de Promoção de Exportações (Apex),

deve ser ocupada por Marcos Troyjo, que hoje dirige o BricLab, da Universidade Columbia.

Guedes confirmou ainda que na secretaria de Desestatização e Desmobilização ficará o empresário Salim Mattar, da Localiza. As atuais secretarias do Tesouro (que continuará comandada por Mansueto Almeida) e de Política Econômica estarão na estrutura do ministério, mas subordinadas às secretarias especiais.

O futuro ministro indicou que Valdery Rodrigues deve ocupar a secretaria especial de Fazenda, mas não confirmou nomes para a de Planejamento e para a secretaria que substituirá o Mdic, a de produtividade e competitividade.

A estrutura deve contar com a figura de enviado especial para tratar da agenda de abertura comercial. A ideia é que sejam dois "Chicago Oldies", com experiência e oriundos da liberal universidade de Chicago e devem atuar em Genebra e na China. Roberto Fendt, do conselho empresarial Brasil-China, e Carlos Langoni, que presidiu o Banco Central e iniciou o processo de renegociação de dívida externa nos anos 80, são os principais cotados.

## Mourão quer garantia contra risco cambial na infraestrutura

Por Daniel Rittner | De Brasília

O vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, defendeu a criação de um mecanismo de garantia contra risco cambial em contratos de infraestrutura no setor público. A ideia, segundo disse o general, sem apresentar detalhes, é ter uma espécie de seguro para amortecer o impacto de variações súbitas do dólar em obras de grande porte contratadas por regime de concessão ou até mesmo com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

"Se você vai chamar um parceiro privado, ele tem que ter alguma garantia, porque vai entrar com capital de risco", disse Mourão, em um evento ontem sobre infraestrutura, que foi promovido por entidades de construção civil e engenharia em Brasília.

Lembrando que os preços domésticos de insumos usados na construção, como asfalto, variam muito conforme a cotação da moeda americana, ele deu um exemplo: "O dólar flutua demais. Digamos que seja estabelecido em R\$ 3,50 para um contrato. Se subir para R\$ 3,70, o governo entra para compensar a empresa".

Afirmando que o objetivo é "buscar garantias" para a iniciativa privada, Mourão comentou que ainda pretende destrinchar essa proposta com a equipe de ministros do futuro governo. "Esse é só um

exemplo. Não significa que vai ser o [modelo] utilizado."

"Visualizamos claramente que o governo tem de ter o planejamento, a licitação muito benfeita e a garantia contratual para que a empresa possa participar desse processo e executar o que está sendo demandado. Quando toca na questão da garantia, uma coisa é a variação de custo. Seria o caso de estudar um dólar médio. Se subir, tem de ser compensado pelo governo. Se descer, a empresa está com o seu lucro ainda mais assegurado", argumentou.

A mensagem do general foi "extremamente bem-vinda" no setor, conforme acentuou o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), Evaristo Pinheiro. Para ele, uma proteção contra variações cambiais é especialmente importante em contratos de concessão. "São contratos de longa duração, com 20 a 30 anos, que têm muitas altas e baixas ao longo do período. Essas variações podem mudar as premissas adotadas pelas empresas no momento inicial dos contratos", afirmou.

A plateia de engenheiros e executivos também aplaudiu Mourão quando ele disse que os órgãos de controle não podem atuar como "um fardo nas costas" dos investidores em infraestrutura. O general contou ter tido uma conversa sobre o assunto com o futuro presidente do

Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio, na terça-feira. Múcio assume em dezembro. "Os controles têm que ser pró-ativos, e não reativos", afirmou Mourão.

Para o vice-presidente eleito, o TCU deveria "se adiantar aos problemas" e impedir o início das obras, caso detecte algum problema. Isso faz mais sentido, na avaliação dele, do que interromper uma obra no meio do caminho.

"Foi como música para os nossos ouvidos", concluiu Pinheiro, do Sinicon. "Ninguém quer menos fiscalização. Pelo contrário. O que queremos é fiscalização de modo correto. A sociedade brasileira quer o equipamento público pronto, não saber se no meio alguém usou brita ou pedra."

Mourão também fez uma defesa de aprovação da reforma da Previdência no primeiro semestre de 2019, apontou a necessidade de simplificação tributária e disse que o novo governo se empenhará em desregulamentar a economia. Ele também reforçou o compromisso do presidente eleito e sua equipe com um programa amplo de privatizações e concessões. As rodovias, afirmou o general, têm prioridade na lista de projetos. E ressaltou que Bolsonaro tem compromisso com "a democracia, liberdade e justiça para todos". "Fora disso, não há futuro, não há Brasil."

## Concessões podem puxar receita em 2019, mas zerar déficit é 'desafiador'

Por Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

Com a perspectiva de aceleração do processo de concessões de infraestrutura pelo governo eleito, o crescimento das receitas para o próximo ano pode superar a previsão inserida na peça orçamentária de 2019 e contribuir para reduzir o déficit fiscal. Mesmo assim, a equipe econômica considera que o plano de "zerar" o rombo no ano que vem continuaria "desafiador".

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, defendeu que a proposta de alcançar um superávit já em 2019 - que já foi defendida pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes - é baseada em um plano agressivo de concessões. Na proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, a receita líquida total está estimada em R\$ 1,299 trilhão - sendo que a previsão de recolhimento com concessões e permissões é de R\$ 3,5 bilhões, que

correspondem apenas a recursos oriundos de ativos já sob as mãos da iniciativa privada. "Qualquer concessão [nova], isso sobe", contou.

Indicado por Guedes a permanecer no posto, Mansueto demonstrou ceticismo sobre o plano do futuro chefe - mas evitou ser assertivo. "Não diria que é impossível, mas é desafiador", afirmou o secretário, seguindo a linha das avaliações feitas por ele anteriormente. "Tenho que conversar com o novo ministro da Economia. Temos que sentar e ver como fazer isso", contou.

A parte mais importante das receitas com concessões seria o megaleilão de excedentes de petróleo da cessão onerosa, que pode arrecadar até R\$ 100 bilhões. De qualquer forma, Mansueto ressaltou que o ajuste fiscal deve se dar por meio de um equilíbrio principalmente nas despesas. Em especial, as obrigatórias - que continuam com trajetória de crescimento. Por isso, o secretário

insistiu na importância da reforma da Previdência para reduzir os gastos. Mansueto chegou a afirmar a representantes da Standard & Poor's (S&P) nesta semana que a aprovação tem que ocorrer em 2019, dado o envelhecimento acelerado da população.

Em entrevista à imprensa sobre o resultado primário, o secretário destacou também que a desvinculação das receitas e despesas orçamentárias, proposta defendida por Guedes e voltada ao ajuste fiscal, exigirá mudanças na legislação e até mesmo na Constituição. O Valor antecipou na segunda-feira o plano da futura equipe econômica voltada a uma desvinculação ampla do Orçamento. Mas para alterar os gastos mínimos com saúde e educação, por exemplo, seria preciso alterar a Constituição - o que exige aval do Congresso.

Enquanto o próximo governo não assume, o crescimento das receitas bem acima das despesas neste ano está contribuindo para a equipe econômica entregar ao presidente





eleito, Jair Bolsonaro, o país com déficit primário bem inferior ao previsto em meta. Em outubro, pela primeira vez em seis meses, o governo central registrou superávit primário, de R\$ 9,451 bilhões. "Neste ano a receita líquida tem crescimento bastante expressivo, e parte expressiva vem de royalties e pagamentos especiais, que subiram R\$ 20 bilhões", afirmou Mansueto.

No ano, o déficit primário do governo central chegou a R\$ 73,2 bilhões (em 12 meses, está em R\$ 93,7 bilhões). Nos meses de novembro e dezembro, o resultado primário do governo central deve ser

pior do que o apurado no mesmo período de 2017, devido à concentração de entrada de recursos de concessão no fim do ano passado, o que não vai se repetir.

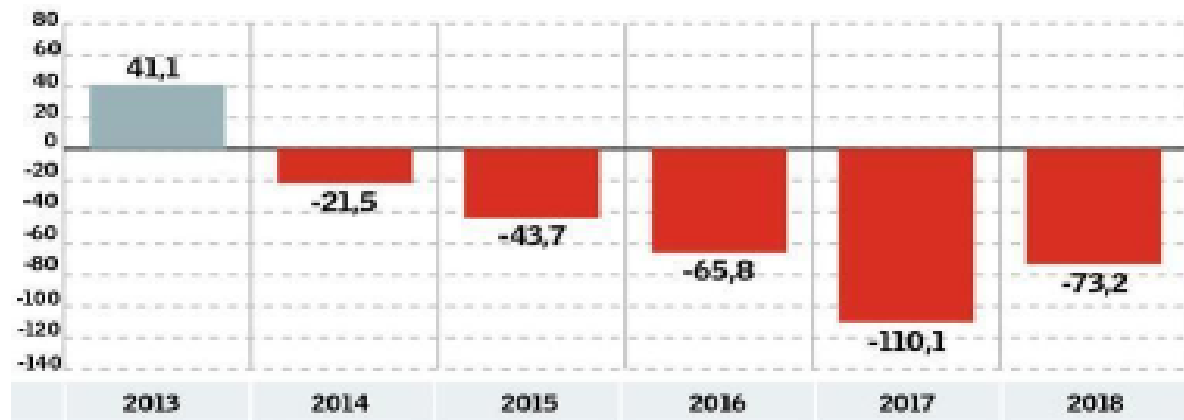
Para o fim do ano, Mansueto projeta déficit primário R\$ 20 bilhões inferior à meta de R\$ 159 bilhões. Um dos fatores para a melhora é o "empocamento" de recursos já destinados aos ministérios e ainda não gastos, que em outubro somava R\$ 13 bilhões e que deve fechar o ano em R\$ 15 bilhões.

Também deve ajudar a diminuir o déficit deste ano o cenário de

gastos obrigatórios menores que os estimados em R\$ 5 bilhões. Para minimizar esse problema, Mansueto afirmou que negocia com o Tribunal de Contas da União (TCU) a possibilidade de a equipe econômica contestar os dados dos órgãos que executam e projetam os valores, como no caso de aposentadorias, pensões e abono salarial - todos obrigatórios. Para o setor público consolidado, o secretário do Tesouro projeta um déficit de R\$ 119 bilhões (1,6% a 1,7% do PIB), sendo que a meta é de um resultado positivo de R\$ 161 bilhões (2,3% do PIB).

## Contas menos vermelhas

Resultado primário do governo central de jan. a out., em R\$ bilhões\*



Fonte: Tesouro \*valores atualizados pelo IPCA de outubro de 2018

## Potencial de arrecadação

*Privatizações podem render R\$ 802 bi, mas companhias estratégicas ficarão de fora*

MARCELLO CORRÊA,  
MANOEL VENTURA,  
GERALDA DOCA E JULIANA  
CASTRO

A privatização de todas as empresas estatais pode render ao governo R\$ 802 bilhões, segundo estudo apresentado anteontem pela Secretaria do Tesouro ao futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. O número é semelhante ao que vinha sendo apresentado por Guedes durante a campanha eleitoral, que chegou a prever uma arrecadação de R\$ 1 trilhão com a venda das empresas.

Apesar dessa estimativa, o montante pode ser bem menor, já que inclui todas as companhias, inclusive as consideradas estratégicas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Hoje, segundo o mais recente Boletim das Estatais, elaborado pelo Ministério do Planejamento, o Brasil tem 138 empresas estatais.

Desse total, 91 são subsidiárias de seis grandes grupos: Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e Correios. Existem ainda 18 empresas que dependem de aportes

do Tesouro Nacional. No ano passado, os repasses foram de R\$ 18,2 bilhões. Vender estatais é uma parte central do plano de Guedes para controlar gastos públicos.

O economista defende usar o dinheiro arrecadado para diminuir o montante da dívida pública, que é de cerca R\$ 3,8 trilhões. Segundo ele, essa seria uma forma de reduzir os juros no país. Não está claro ainda qual será o ritmo do processo de privatizações, que enfrenta resistência de setores da sociedade. Dentro da própria equipe econômica a missão de vender todas as estatais é considerada muito difícil.

Entre os que resistem à ideia de privatizar todas as estatais, o principal nome é o próprio Bolsonaro. Ontem, no Rio, ele negou a venda das principais estatais. — Qualquer privatização tem que ser responsável, não é jogar para cima e ficar livre. Tenho conversado com a equipe econômica.

Algumas privatizações ocorrerão, outras, estratégicas, não. Banco do Brasil e Caixa Econômica não estão no nosso catálogo (para privatizações) — disse o presidente eleito em entrevista coletiva, após participar da formatura do curso de aperfeiçoamento de oficiais, na Vila Militar.

Embora reconheçam a dificuldade de vender todas as

estatais, fontes da equipe econômica de transição apostam que uma melhora do ambiente econômico possa mudar o entendimento sobre o projeto de privatizações. Isso aceleraria o processo de desestatização e valorizaria as empresas à venda, aumentando o potencial de arrecadação.

### STF LIBERA LEILÃO

Antes de iniciar esse processo mais amplo, o futuro governo deve tocar operações quase prontas para sair do papel. Ontem, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou sua própria decisão que impedia a privatização da distribuidora de energia da Eletrobras em Alagoas. Com isso, o governo poderá marcar a data do leilão da empresa.

A companhia é uma das seis subsidiárias do Norte e Nordeste que a Eletrobras tenta privatizar desde 2016. Essas empresas estão endividadadas e dão prejuízos para a estatal. Por isso, foi estabelecido um valor simbólico de R\$ 50 mil para a compra de cada.

O comprador, porém, terá de assumir dívidas e compromissos de investimentos milionários. A expectativa agora é que o futuro secretário de Privatizações, Salim Mattar, apresente um plano com metas para desestatizar empresas.







## GUEDES INDICA SECRETÁRIOS

Ontem, mais dois secretários foram indicados para a equipe de Guedes. Marcos Cintra será secretário da Receita Federal e Previdência. Já Marcos Troyjo assumirá a Secretaria Geral de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. Assim, ficou definido o desenho do futuro Ministério da Economia, que terá um total de seis secretarias especiais.

Além das três novas, os atuais ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio se transformarão em secretarias na nova estrutura. A Fazenda deve ficar sob o comando de Waldery Rodrigues Júnior. Para o Planejamento, um dos cotados é Paulo Uebel. Já o da indústria, que se chamará Produtividade, deve ficar com Carlos da Costa.

Esses três nomes, no entanto, ainda não estão confirmados. Outro nome que pode se juntar à nova equipe é o presidente do Sebrae Guilherme Afif, que deixará a instituição ano que vem. Segundo fonte, ele deve ser assessor especial de Paulo Guedes para cuidar de temas relacionados a desburocratização. Procurado, ele nega a indicação.

## Governo marca para 15 de março leilão de aeroportos

Concessão de ferrovias e portos também entraram no calendário. Arrecadação prevista com outorgas é de R\$ 3,4 bilhões

### GERALDA DOCA

Com o aval da equipe econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro, o governo marcou a data da nova rodada do leilão de aeroportos para o dia 15 de março e de um trecho da ferrovia Norte-Sul para 28 do mesmo mês. Haverá ainda uma licitação de portos no dia 22 de março. As concessões renderão ao governo R\$ 3,4 bilhões em outorgas e demandarão R\$ 6,5 bilhões em investimentos ao longo dos contratos.

A nova fase de concessão de aeroportos será feita em três blocos regionais, somando 12 terminais. Estão no bloco do Nordeste os aeroportos de Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE), João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba. No Sudeste, serão leiloados os terminais de Vitória (ES) e Macaé (RJ) e, no Centro-Oeste, Cuiabá, Sinop, Rondonópolis e Alta Floresta, todos em Mato Grosso.

O lance do conjunto dos terminais foi definido em R\$ 219 milhões à vista. E, ao longo do contrato, que é de 30 anos, os concessionários terão que desembolsar para a União R\$ 2,1 bilhões em outorgas. O investimento previsto para os três blocos é de R\$ 3,5 bilhões. No caso da Norte-Sul, será concedido o trecho entre Porto Nacional (TO) e Estrela D' Oeste (SP). São 1.537 quilômetros interligando pela primeira vez os portos das regiões Norte e Sudeste por uma única ferrovia.

O valor mínimo da linha férrea, que está com 95% da obra concluída, é de R\$ 1,3 bilhão. Ficou decidido que a Valec se encarregará de concluir o empreendimento. O vencedor da disputa terá que investir R\$ 2,8 bilhões durante o contrato de concessão, que será de 30 anos, podendo ser prorrogado.

Para possibilitar acesso aos portos de Santos (SP) e Itaqui (MA), foram definidas regras para o chamado direito de passagem, quando a locomotiva de outra concessionária utiliza a ferrovia de outra.

## Guedes estuda desvincular despesas do Orçamento

*Objetivo é cumprir regra que impede aumento de gasto acima da inflação*

MARCELLO CORRÊA

A equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda uma forma de evitar o estouro do teto de gastos, sem flexibilizar a regra, criada em 2016 para ajudar no controle das despesas públicas. A ideia em análise é desvincular e desindexar despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários e repasses estabelecidos na Constituição para áreas específicas, como saúde e educação.

ALTERNATIVA AO  
MEGALEILÃO

O plano de instituir um Orçamento base zero — ou seja, construído sem usar como ponto de partida os gastos do ano anterior — é defendido há muito tempo por Paulo Guedes e estava previsto no plano de governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, durante a campanha. A ideia ganhou força diante da perspectiva de o governo não conseguir realizar um megaleilão de petróleo do pré-sal.

Segundo fontes do governo de

transição, a desvinculação do Orçamento voltou à pauta após a reunião entre Guedes e a atual equipe econômica, na qual técnicos apresentaram ao futuro ministro um entrave que impede o repasse de parte da arrecadação com o megaleilão, já que a transferência seria considerada uma despesa a mais, com impacto sobre o teto de gastos.

O problema é que a aprovação do projeto de lei que garante a realização do leilão só deve se concretizar depois que o governo encontrar uma forma de repassar até 20% dos cerca de R\$ 100 bilhões previstos com arrecadação para estados e municípios. A arrecadação é considerada importante pela futura equipe para ajudar no reequilíbrio das contas públicas.

Sem a receita extraordinária, ganharia força a ideia de desvincular o Orçamento, que deve enfrentar resistência. A mudança exigiria uma proposta de emenda à Constituição. Apesar de a ideia estar em análise, integrantes da equipe econômica afirmam que a medida seria tomada como último recurso, caso outras medidas de ajuste fiscal não sejam viáveis.

Segundo relatório fiscal do Tesouro Nacional, cerca de 90% dos gastos públicos são engessados. São despesas como pagamento de benefícios previdenciários, gastos com pessoal, abono, que são indexados à inflação, além dos limites mínimos constitucionais para saúde e educação.

Sem esses limites, o Congresso poderia negociar livremente as prioridades de gastos, observando o limite imposto pelo teto, que prevê que as despesas públicas não podem subir mais que a inflação de junho do ano anterior. Durante a campanha eleitoral, o tema chegou a ser debatido por assessores econômicos dos candidatos.

Uma das ideias em discussão era flexibilizar o teto, que é considerado inviável, principalmente porque a reforma da Previdência — principal gasto do governo, além dos juros — não aconteceu.

Sem a reforma, a tendência é que os gastos previdenciários ocupem cada vez mais espaço do Orçamento, sem deixar espaço para gastos de custeio e investimento.

## Obras minguentes

O período dos militares no poder esteve associado ao pico histórico das obras públicas no país, quando os investimentos da União e de suas estatais, dos estados e dos municípios chegaram a somar mais de 10% do Produto Interno Bruto.

Carrega algum simbolismo, assim, a indicação de Tarcísio Gomes de Freitas, formado pelo instituto de engenharia do Exército, para a chefia da pasta da Infraestrutura no governo Jair Bolsonaro (PSL). Mas não muito mais que isso.

Por qualificado que seja o escolhido, e por estratégico que pareça o setor aos oriundos da caserna, a depauperação do Orçamento não permite que se prometa nem mesmo a recuperação dos já modestos patamares anteriores à recessão econômica —que dirá os recordes dos anos 1970.

Freitas não comandará um superministério, como chegou a especular o entorno bolsonarista.

Em vez de integrar à pasta outros órgãos, o presidente eleito preferiu simplesmente dar um novo nome ao atual Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Na presente configuração da Esplanada, a pasta detém o maior volume de recursos para investimentos. Nesse tipo de gasto, que compreende obras e equipamentos para ampliar a capacidade produtiva do país, desembolsou R\$ 13 bilhões nos últimos 12 meses, quase um quarto dos R\$ 54,1 bilhões a cargo do Tesouro (valores corrigidos).

Trata-se, em qualquer comparação, de cifras insatisfatórias e minguentes. Em 2014, antes do agravamento da crise orçamentária, o governo investia

R\$ 100,3 bilhões.

Se acrescentadas as contribuições das empresas federais e dos governos estaduais e municipais, o montante rondou os R\$ 120 bilhões no ano passado, ou 1,8% do PIB —o menor percentual verificado em série histórica elaborada pela Fundação Getúlio Vargas, que tem início em 1947.

Estimativas apontam que o volume atual é insuficiente até para compensar a depreciação do estoque de capital. Em português claro, para manter a solidez de rodovias, ferrovias e viadutos.

Privatizações e parcerias podem, decerto, atenuar o problema. Mas todo o setor público precisará conter a expansão das despesas obrigatórias, em especial com salários e aposentadorias, se quiser recuperar a capacidade de investir.

A opção de recorrer ao endividamento, que levou o país à breca na ditadura militar, também se esgotou com a ruína da gestão petista.

### Investimentos do governo federal desabam

Em R\$ bi corrigidos, acumulados em 12 meses



Fonte: Tesouro Nacional

## Superministério da Economia terá seis secretarias especiais

*Áreas consideradas estratégicas como gestão de pessoal, comércio exterior e privatização ficam com Paulo Guedes*

Mariana Carneiro  
e Leandro Colon

O novo Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes, será formado por seis secretarias especiais, que unificarão as atuais estruturas de Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio Exterior. Alguns nomes para dirigi-las foram confirmados nesta quinta-feira (29) pelo futuro ministro para ocupar os cargos.

Em conversa com jornalistas, ele informou que o diplomata Marcos Troyjo vai comandar a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. Troyjo é colunista da Folha. A área deverá incorporar também a Apex (Agência de Promoção das Exportações), hoje subordinada ao Itamaraty.

O empresário Salim Mattar, como já noticiado, foi confirmado como secretário especial de Desestatização e Desmobilização. Ele deverá integrar a equipe de transição por volta do dia 14, após se descompatibilizar do comando da Localiza, empresa de locação de veículos que ele fundou e na qual atua como presidente do conselho de administração.

Segundo Guedes, o economista Marcos Cintra, formulador do imposto único, comandará a Secretaria Especial de Previdência e Receita Federal e será responsável por tocar duas reformas relevantes no governo de Jair Bolsonaro.

Guedes e seu time pretendem simplificar a cobrança de impostos e, no futuro, reduzir a carga tributária. Para tanto, querem propor uma reforma tributária.

A ideia do imposto único de Cintra, porém, deve ser deixada de lado. As semelhanças com a CPMF

criaram resistências à ideia antes mesmo da eleição, e a discussão pode caminhar em direção a um imposto sobre valor agregado que unifique os tributos federais. O debate, contudo, ainda é embrionário.

Na Previdência, a futura equipe econômica pretende lançar uma proposta que controle o aumento de gastos no regime atual e, ao mesmo tempo, crie um novo modelo de aposentadorias em que os trabalhadores formarão uma poupança individual, o chamado sistema de capitalização.

Ainda não está claro se, para ajustar a Previdência atual e criar o novo regime, o futuro governo vai elaborar duas propostas ou se vai endereçar os assuntos em um mesmo conjunto de emendas à Constituição. Nesse desenho, a proposta apresentada pelo presidente Michel Temer e aprovada em comissão no Congresso não deve prosperar.





Os demais nomes para as secretarias especiais do time de Guedes ainda não estão fechados.

Para a Secretaria Especial da Fazenda, o mais cotado é Waldery Rodrigues Júnior, que já atua no ministério atualmente. Ele coordena a Secretaria de Política Econômica.

Sob seu guarda-chuva ficará o atual secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, que ficará com as mesmas atribuições que tem hoje.

Na Secretaria Especial de Planejamento, a especulação é que fique no cargo o atual ministro Esteves Colnago. Outro nome que circulou em Brasília nesta semana é o do presidente do BNDES e ex-ministro, Dyogo Oliveira.

Na Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, o nome mais próximo da indicação é o do ex-diretor do BNDES Carlos da Costa. Ele trabalha com a equipe de Guedes desde antes da eleição e se consolidou como interlocutor com o setor produtivo.

A Receita Federal continuará com um superintendente da carreira.

Guedes não confirmou nem negou se o atual titular, Jorge Rachid, ficará no cargo.

Nos bastidores, auditores da Receita já demonstram preocupação com uma possível perda de poder do órgão com um rebaixamento para terceiro escalão.

O Sindifisco (Sindicato dos Auditores da Receita) divulgou uma nota declarando preocupação com a nomeação de Marcos Cintra.

“A nomeação de Cintra para o comando desse novo órgão quebra uma regra adotada desde 2002, quando auditores fiscais passaram a ser indicados pelos titulares da Fazenda para comandar a Receita, além de responderem diretamente ao gabinete do ministro”, afirma a nota.

Guedes adiantou ainda que dois “Chicago oldies” — como apelidou o time de profissionais experientes que o acompanham desde a campanha eleitoral e, como Guedes, se formaram na Universidade de Chicago — deverão auxiliar Troyjo na área de comércio exterior.

Um deverá ser destacado para

ficar em Genebra, comandando negociações com Estados Unidos e União Europeia, e outro, na China. Os nomes não foram revelados.

Segundo o futuro ministro, o novo desenho do Ministério da Economia encolherá o número de secretarias de 20 para 6 nas três pastas que serão fundidas.

Cerca de 20% a 30% dos cargos comissionados na equipe econômica deverão ser eliminados com a reforma.

Apesar da fusão, Guedes não gosta da classificação de superministério. Para ele, a unificação das pastas servirá para que a área econômica “fale a mesma língua”.

Um exemplo do vocabulário único que pretende adotar é a abertura comercial a importados sincronizada com uma redução da carga de impostos, por meio de uma reforma tributária.

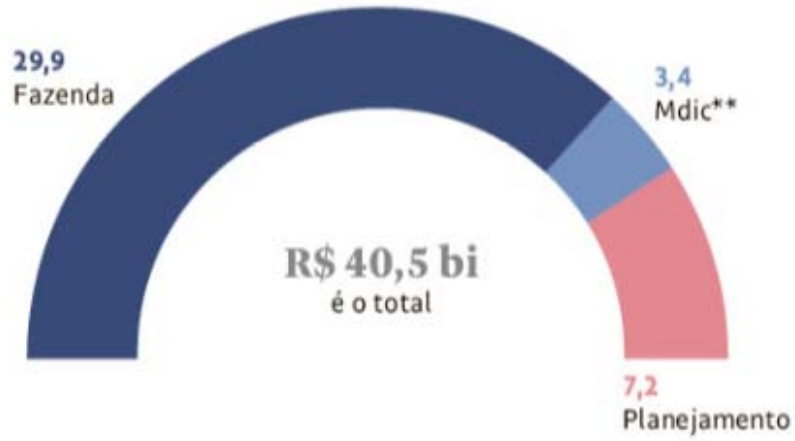
Outro exemplo é a privatização como uma das ferramentas de ajuste das contas públicas.



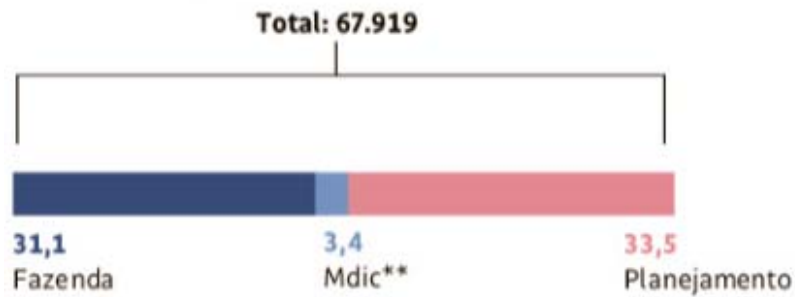


## Ministério da Economia ganha força e Orçamento com rearranjo de pastas

Orçamento de 2019, em R\$ bilhões\*



Funcionários, em milhares



\* Valor previsto no projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019

\*\* Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Fonte: Ministério do Planejamento

## Venda das estatais renderia R\$ 802 bi, diz futuro ministro

Números do Tesouro Nacional, apresentados ao futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, indicam que a venda de todas as estatais do governo federal poderiam render R\$ 802 bilhões em receitas.

Durante a campanha, Guedes afirmou que esperava arrecadar entre R\$ 800 bilhões e R\$ 1 trilhão com a privatização de empresas, com base em levantamentos feitos por duas companhias privadas.

A equipe de Jair Bolsonaro, no entanto, já admite que não será possível vender todas as empresas.

O próprio presidente eleito afirmou que não cogita privatizar Banco do Brasil e Petrobras, empresas que ele considera estratégicas.

Um ambicioso plano de privatização, porém, está no radar de Guedes. Esse é um dos pilares do ajuste econômico que ele pretende implantar no governo.

A ideia é que as desestatizações abririam caminho para um abatimento da dívida pública, o que reduziria os gastos com pagamento

de juros.

A futura equipe econômica estuda vender estatais não de uma tacada só, mas ao longo do tempo, aproveitando uma valorização de ativos que esperam ver com adoção de sua política econômica.

Segundo Guedes, sua equipe estuda formas de aperfeiçoar o teto de gastos do governo, para evitar que o mecanismo de controle das despesas perca a eficácia.

Em conversa com jornalistas, Guedes afirmou que está comprometido com o cumprimento do teto e que estuda formas de reduzir a pressão exercida pela alta dos gastos obrigatórios.

Um integrante da futura equipe econômica afirmara, na quarta-feira (28), que há estudos para a formulação de uma emenda constitucional desvinculando e desindexando todo o Orçamento.

Esse mecanismo, considerado limite, poderia funcionar temporariamente, por cerca de dois anos, até que as despesas não pressionem mais o teto de gastos.



## Para Mansueto, zerar déficit exige plano agressivo de concessão

Escalado para continuar no comando do Tesouro Nacional, o secretário Mansueto Almeida afirmou nesta quinta-feira (29) que zerar o déficit fiscal do governo em um ano é desafiador e depende de um plano agressivo de concessões, como as de infra-estrutura e transportes.

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que é factível alcançar déficit zero no próximo ano.

A previsão atual da equipe econômica é que o país feche o ano de 2019 com um resultado fiscal negativo em R\$ 139 bilhões.

“O que o ministro da Economia falou está baseado em um plano bastante agressivo de concessão e corte de algumas despesas”, afirmou Mansueto. “Eu não diria que é impossível, mas é desafiador.”

Segundo Mansueto, o novo governo vai encontrar as contas em situação menos complicada. Ele espera, por exemplo, que o setor público encerre o ano de 2018 com déficit próximo a R\$ 119 bilhões, quando a meta estabelecida é de um resultado negativo bem maior, de R\$ 161,3 bilhões.

## **Contas do governo têm 1º superávit mensal desde abril**

**BRASÍLIA** O mês de outubro registrou o primeiro superávit das contas públicas do governo federal em seis meses. O resultado primário ficou positivo em R\$ 9,4 bilhões, segundo o Tesouro Nacional.

O dado compreende as contas do Tesouro, do BC (Banco Central) e da Previdência. A última vez que se observou um número positivo foi em abril. Em outubro de 2017, houve superávit menor, de R\$ 5,1 bilhões.

De acordo com o Tesouro, a melhora do resultado foi motivada por receitas com a nova rodada de leilão do pré-sal e pelo crescimento da arrecadação de royalties, com a alta da taxa de câmbio e com a cotação internacional do petróleo. **BC**

## Guedes quer desindexar gastos do Orçamento

Segundo futuro ministro, mecanismo seria adotado quando gastos baterem no teto

Adriana Fernandes  
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, prepara o terreno para aperfeiçoar o teto de gastos, regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. Em conversa com jornalistas – a primeira desde a sua indicação para o cargo –, Guedes informou que a estratégia em estudo prevê que, quando o teto "bater no seu limite", seria acionada uma cláusula para desindexar o Orçamento.

Na prática, o "gatilho" da desindexação desobriga o governo a corrigir gastos, como salários e benefícios da Previdência, à inflação e desvincula despesas de saúde e educação. A mudança exigirá alteração constitucional com apoio de 308 deputados e 49 senadores. Guedes explicou que o acionamento dessa cláusula seria um "ato extremo" para colocar as despesas do governo em queda.

Segundo ele, o excesso de gastos é o maior problema da economia e coloca o País na "armadilha do baixo crescimento". "Está tudo desindexado até que o

teto seja novamente respeitado. Aí o PIB volta a crescer", explicou. No período de "dois anos" citado por ele, seriam adotadas as medidas de desindexação, inclusive dos salários, até que os desvios do teto sejam corrigidos. "Aí, pode indexar de novo. Depois de dois anos fica indexado de novo."

Aprovada em 2016 e em funcionamento desde 2017, a emenda do teto é uma regra fiscal que fixa um limite de gastos por ano com base na correção da inflação oficial, medida pelo IPCA. Apesar do pouco tempo de sua criação, o teto está fadado a estourar já em 2021 de acordo com as projeções mais recentes da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, devido ao excesso de despesas obrigatórias "carimbadas".

Reforma. Com a sinalização dada ontem, o novo ministro tenta mostrar que, ao contrário das propostas de flexibilização do teto sugeridas pelos candidatos à Presidência durante a campanha eleitoral, sua equipe vai buscar o caminho oposto: na hora em que as despesas estiverem em colisão com o limite do teto, se aciona a desindexação e desvinculação.

"Vocês viram desde o começo

que eu disse que o responsável pela inflação, pela vulnerabilidade cambial, pelos juros altos, pelos impostos elevados, pela corrupção na política é o excesso de gastos públicos. É evidente que eu só posso ser um ardoroso defensor do teto de gastos", afirmou. O ministro reconheceu que a manutenção do teto de gastos sem a reforma da Previdência é insustentável e vai levar ao seu estouro em breve, exigindo acionar as cláusulas de correção.

A emenda já prevê gatilhos de ajuste, como a suspensão do reajuste dos salários dos servidores e impedimento para concessão de novos subsídios. Depois da reforma da Previdência, que deve ser apresentada no primeiro trimestre de 2019, as mudanças no teto de gastos apontam para a prioridade de Guedes de abater o excesso de despesas e dar maior eficiência ao gasto público.

"Se alterarem regras de indexação dos benefícios sociais, isso ajudaria a dar sobrevida ao teto. Mas é preciso lembrar que, sem reforma da Previdência, não se resolve o problema de forma estrutural", avalia o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto. "Hoje no Brasil está tudo ligado ao salário mínimo. Discutir isso





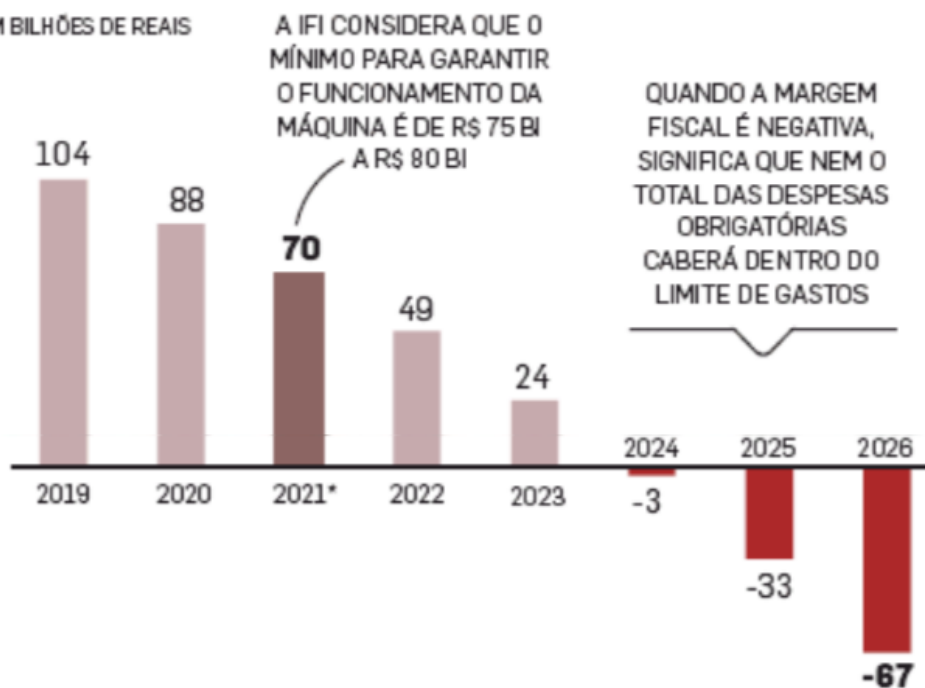
(desindexação) nesse momento é relevante."

Salto lembra que 75% do Orçamento Federal são destinados a apenas cinco despesas (a maior parte indexada): benefícios do INSS, salários e aposentadorias de servidores, Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono salarial e seguro desemprego.

## IMPLOÇÃO

### ● Sem revisão das despesas obrigatórias, teto de gastos deve estourar em 2021

EM BILHÕES DE REAIS



CONJUNTURA »**Guedes quer quebrar rigidez do Orçamento**

*Futuro ministro da Economia pretende mudar a Constituição para reduzir vinculações de receitas a despesas obrigatórias. Objetivo é garantir cumprimento do teto de gastos e recuperar a capacidade de gestão dos recursos públicos*

» HAMILTON FERRARI  
» ROSANA HESSEL

Além da reforma da Previdência Social, a equipe econômica do governo eleito, chefiada pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, investe em outra mudança constitucional para não romper com o teto dos gastos em 2019. A intenção é elaborar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para desvincular boa parte das receitas a despesas obrigatórias, dando liberdade para o governo federal no remanejamento de recursos. Outra medida seria desindexar aposentadorias e abono salarial, que deixariam de ser atrelados ao salário mínimo.

As medidas seriam fundamentais para reduzir o engessamento do orçamento. Atualmente, 91% dos gastos são obrigatórios, o que tira do governo a capacidade de gerir os recursos. Em 2021, a vinculação

deve chegar a 98%, se nenhuma mudança for feita. A proposta, porém, não substitui a reforma da Previdência Social, que é vista como prioritária por economistas e pelos integrantes do futuro governo.

O engessamento orçamentário cria bloqueio de verbas nos ministérios. Segundo estimativas do Tesouro Nacional repassadas ao futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, mais de R\$ 16 bilhões podem ficar retidos este ano nas diversas pastas porque os projetos não andaram e, com a rigidez, o montante não pode ser remanejado. “Se você desindexar, desvincular, ‘destudo’, você inverte toda a relação (no orçamento)”, disse um integrante da equipe econômica.

A proposta pode ser apresentada ao Congresso nos próximos meses. A aprovação de uma PEC precisa do voto favorável de 308 deputados e 49 senadores, em dois turnos de votação em cada casa legislativa. A ideia da equipe de transição é de que o orçamento seja separado em “caixinhas” mais amplas do que o desenho atual, dando maior flexibilidade e liberdade para definir as prioridades de gasto.

Durante entrevista, ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida — que será

mantido no cargo —, lembrou que algumas alterações não exigem mudança na Constituição. “A Loas (Lei Orgânica de Assistência Social) e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) são indexadas à inflação e, para mudar, basta lei ordinária”, disse. Ele destacou que o valor do seguro-desemprego e o abono salarial também são indexados ao salário mínimo. Já o total de despesas com saúde e educação é vinculado à inflação por determinação constitucional.

**Salários**

A regra de reajuste dos servidores também está na Carta Magna, garantindo a revisão anual dos benefícios. “Mas não há uma definição do valor nem de quanto deve ser a correção. Em teoria, poderia ser menor que a inflação”, destacou. Para o secretário, a redução de gastos com a desindexação será gradual. “Vai depender da política, mas é possível conseguir uma economia ao longo de três a quatro anos, mas isso dependerá do tipo de ajuste”, afirmou.

O secretário reforçou que a maior necessidade é a aprovação da reforma da Previdência, e destacou que ela precisará ser feita em 2019. “Não importa se no primeiro ou no





segundo semestre, o importante é que ela seja feita. Sem ela, não há ajuste fiscal”, destacou. Economistas alertam que o governo precisa explicar mais claramente a proposta e a abrangência das mudanças, incluindo os benefícios de militares (leia abaixo).

O economista-chefe da ModalMais, Álvaro Bandeira, avalia que a previsão de votação apenas no segundo semestre é uma notícia ruim. “Eu não penso no país sem a reforma em 2019, porque é algo fundamental. Ainda que não seja a melhor, é preciso que ela ocorra. Diminuir a rigidez do orçamento é interessante, mas nada disso é sustentável sem mudanças na Previdência”, declarou. “O ideal é aprovar a reforma que já está no Congresso (do presidente Michel Temer) e rejeitar alguns itens por meio de vetos. Posteriormente, haveria uma elaboração do restante”, completou.





## Pelo martelo

Leilões de 17 empreendimentos devem arrecadar R\$ 4,5 bilhões e investimentos previstos somam R\$ 6,5 bilhões

### Ferrovias Norte-Sul

Subconcessão do trecho que liga Porto Nacional (TO) a Estrela D'Oeste (SP)

- Trecho de 1.537 quilômetros
- Outorga de R\$ 1,35 bilhão e investimentos previstos de R\$ 2,8 bilhões
- Concessão por 30 anos sem direito a prorrogação
- Propostas devem ser entregues até 19 de março de 2019
- Leilão em 22 de março
- Capacidade no início da concessão: 1,2 milhão de toneladas
- Capacidade no fim da concessão: 22,73 milhões de toneladas

### 12 Aeroportos

Terminais serão leiloados em 15 de março em três blocos. Investimento total de R\$ 3,5 bilhões

#### Nordeste

- Recife, Maceió, Aracaju, Juazeiro do Norte (CE), João Pessoa e Campina Grande (PB)
- Valor mínimo de outorga de R\$ 171 milhões, e outorga total de R\$ 1,7 bilhão
- Investimento estimado em R\$ 2,1 bilhões

#### Sudeste

- Vitória e Macaé (RJ)
- Valor mínimo de outorga de R\$ 47 milhões e total de R\$ 434 milhões
- Investimento estimado em R\$ 592 milhões

#### Centro-Oeste

- Cuiabá, Sinop, Rondonópolis e Alta Floresta, todos em Mato Grosso
- Outorga à vista de R\$ 800 milhões e total de R\$ 9 bilhões
- Investimento estimado de R\$ 771 milhões

### Quatro terminais portuários

Três em Cabedelo (PB) e um em Vitória (ES), com leilão marcado para 22 de março

- Todos destinados à movimentação e à armazenagem de grãos líquidos (combustíveis)
- Estão previstos investimentos de R\$ 199 milhões
- No Porto de Cabedelo, são três áreas, com prazo de 25 anos de arrendamento
- No Porto de Vitória, será leiloado o único terminal greenfield, ou seja, projeto a partir do zero, com prazo de 25 anos e investimentos de R\$ 128 milhões



## CONJUNTURA »

### Concessões de R\$ 4,5 bi

» SIMONE KAFRUNI

O governo lançou ontem editais para a concessão de 17 empreendimentos com expectativa de arrecadação de R\$ 4,5 bilhões e investimentos de R\$ 6,5 bilhões. São 12 aeroportos, a Ferrovia Norte-Sul (FNS) e quatro terminais portuários. Os leilões foram marcados para março de 2019 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e os editais serão publicados hoje no Diário Oficial da União.

A licitação da Ferrovia Norte-Sul (FNS) será em 22 de março. O valor mínimo de outorga para o trecho (veja no quadro) é de R\$ 1,35 bilhão, com investimentos previstos de R\$ 2,8 bilhões. O prazo da concessão será de 30 anos, sem prorrogação. “Na concorrência, vence quem oferecer o melhor ágio sobre o valor de outorga. Para afastar os aventureiros, o vencedor terá de pagar 5% em 45 dias após a homologação de leilão”, disse Alexandre Porto, superintendente de Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Os 95% restantes serão pagos em 120 parcelas trimestrais.

“A agência fixou uma tarifa-teto para o direito de passagem, o que é uma inovação. Isso permitirá aos operadores planejarem as ações”, afirmou Porto. Os cinco termos aditivos das ferrovias concessionárias que terão que garantir o direito de passagem ao operador da FNS já foram celebrados.

O leilão dos três blocos aeroportuários — Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste — será em 15 de março. O valor mínimo de outorga, para arrematar os 12 terminais será de R\$ 219 milhões, à vista. Ao longo dos 30 anos de concessão, o valor total da outorga é de R\$ 2,2 bilhões, com investimento previsto de R\$ 3,5 bilhões para os três blocos.

Os vencedores serão definidos pela melhor proposta econômica, ou seja, aquela que ofertar o maior ágio sobre o valor mínimo a ser pago à vista. De acordo com Thiago Souza Pereira, superintendente de Regulação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), os 12 aeroportos movimentam 20 milhões de passageiros por ano, quase 10% do tráfego doméstico.

O arrendamento dos quatro terminais portuários, três em Cabedelo (PB) e um em Vitória (ES), destinados à movimentação de grãos líquidos (combustíveis), será leiloado em 22 de março. Estão previstos investimentos de R\$ 199 milhões. O valor de outorga é de apenas R\$ 1. Renato Borges, gerente de Portos Organizados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), explicou que o critério é por arrendamento fixo mensal ao longo dos 25 anos de prazo. “O modelo é zerado pelo valor de arrendamento, não pela outorga”, disse. Vence quem oferecer o maior valor.

O terminal de Vitória é o único greenfield, ou seja, projeto que começa do zero, sem infraestrutura. “Tem 74 mil m<sup>2</sup> para atender o berço 207 do porto, ainda em fase de construção. São previstos R\$ 128,2 milhões de investimentos e o valor global estimado do contrato é de R\$ 954,4 milhões em 25 anos”, disse Borges. A previsão é de movimentar 600 mil toneladas por ano. Outros seis terminais portuários serão leiloados ainda este ano, completou o gerente da Antaq.